

A ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA DO COMPLEXO AQUÁTICO E DO GINÁSIO DIDÁTICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – CAMPUS JOÃO PESSOA

LIMA JÚNIOR, Gildo Ferreira

NASCIMENTO, Hanna Emília Dias Evangelista

PINHEIRO, Dryelle Raissa dos Santos

SILVA, Janiery Raissa Felicio

SOUTO, Elaine Cappellazzo

Centro de Ciências da Saúde, Departamento de Educação Física, PROBEX

RESUMO

A população brasileira apresenta 45,6 milhões de pessoas com alguma deficiência. De acordo com a lei 5296/2004, este grupo populacional tem por obrigatoriedade o direito à acessibilidade, ou seja, acesso e utilização de qualquer ambiente, com autonomia e segurança. Diante disto, o Departamento de Educação Física da UFPB por possuir projeto de extensão para esta população, e passados quase dez anos da lei de acessibilidade chegou-se a seguinte questão: Qual é a percepção das pessoas com deficiência física, participantes do projeto de extensão Esporte Adaptado: em busca do movimento com autonomia sobre as condições de acessibilidade arquitetônica do complexo aquático e do ginásio didático da UFPB? Nesse contexto, este estudo tem por objetivo analisar a acessibilidade arquitetônica das áreas esportivas da UFPB do campus João Pessoa, na perspectiva das pessoas com deficiência. Metodologia: Pesquisa quantitativa-qualitativa, com caráter descritivo e transversal. População: pessoas com deficiência física da cidade de João Pessoa - PB. Amostra: 17 deficientes físicos, de 58 a 15 anos, com média de idade de $35,47 \pm 11,73$. Variáveis analisadas: condições arquitetônicas do complexo aquático e do ginásio didático da UFPB. Resultados: A avaliação do complexo aquático foi mais positiva, se comparado à do ginásio didático. Indicando que o complexo aquático apresentou melhores condições de acessibilidade, na perspectiva dos entrevistados. Conclusão: Este estudo demonstrou que a acessibilidade nas áreas esportivas da UFPB, apresenta barreiras arquitetônicas que as pessoas com deficiência só conseguem ultrapassar com ajuda de terceiros.

Palavras- chave: Pessoas com deficiência, Acessibilidade arquitetônica, Esportes.

INTRODUÇÃO

Conforme os dados do IBGE (2010), a população brasileira apresenta 45,6 milhões de pessoas com alguma deficiência, representando 23,9% da população. O direito de ir e vir para essas pessoas é garantido pelo Decreto Federal (5296/2004) que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade. Neste decreto foi determinado 30 meses a contar da data de sua publicação, para que as edificações de uso público já existentes passassem a garantir a acessibilidade. Para isso, o Comitê Brasileiro de Acessibilidade e a Comissão de Edificações e Meio, elaboraram Norma técnica, NBR 9050/2004, a qual estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade (ABNT, 2004).

A acessibilidade é definida como possibilidade e condições de alcance para uso, com autonomia e segurança, dos espaços, mobiliário e equipamentos urbanos, dos transportes, das edificações e dos sistemas e meios de comunicação por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 1994; BRASIL, 1998). Diante disto, muitos estudos têm apresentado a preocupação com este tema em ambientes educacionais, tais como, Lamônica et al. (2008); Oliveira (2003) e Audi (2004).

O governo brasileiro tem promovido programas para a acessibilidade nos espaços destinados à educação, como o Programa Incluir, que visa garantir o acesso pleno de pessoas com deficiência às Instituições Federais de Ensino Superior. Sendo a Universidade Federal da Paraíba – UFPB contemplada com recursos financeiros desde 2010. O Departamento de Educação Física da UFPB, além do ensino e da pesquisa, possui uma ampla atuação com a extensão, promovendo diversas atividades físicas a população no seu complexo esportivo, entre eles, o complexo aquático e o ginásio didático que possui o projeto de extensão aprovado pelo PROBEX: Esporte Adaptado: em busca do movimento com autonomia que atende as pessoas com deficiência física. Desta forma, passados quase dez anos do estabelecido pelo Decreto Lei 5296/2004 chegou-se as seguintes questões: Quais são as condições de acessibilidade arquitetônicas do complexo aquático e do ginásio didático da UFPB? Qual é a percepção das pessoas com deficiência física, participantes de projeto de extensão Esporte Adaptado: em busca do movimento com autonomia sobre as condições de acessibilidade arquitetônicas do complexo aquático e do ginásio didático da UFPB?

Nesse contexto, este estudo tem por objetivo geral analisar a acessibilidade arquitetônica das áreas esportivas da UFPB do campus João Pessoa, na perspectiva das pessoas com deficiência física. Espera-se que os dados encontrados possam contribuir com informações para a garantia da acessibilidade neste Campus.

DESENVOLVIMENTO

Essa pesquisa caracteriza-se como quantitativa-qualitativa, com caráter descritivo e transversal (SILVA e MENEZES, 2001; RICHARDSON, 1985; THOMAS e NELSON, 2002; HULLEY et al., 2007). A amostra foi constituída por 17 deficientes físicos, sendo 6 do gênero feminino e 11 do gênero masculino, com faixa etária de 58 a 15 anos, com média de idade de $35,47 \pm 11,73$. Sendo 11 praticantes de natação, que avaliaram as condições do complexo aquático e 6 praticantes de rugby, que avaliaram as condições do ginásio didático. As variáveis analisadas foram às condições arquitetônicas do complexo aquático e do ginásio didático da UFPB, do campus de João Pessoa. Foram utilizados para a coleta de dados dois questionários: sociodemográfico e da avaliação das barreiras arquitetônicas; trena para a verificação das medidas requisitadas no *checklist* criado por Silva (2012). Para a análise foi realizada a estatística descritiva de média, desvio padrão, mínimo e máximo para as variáveis contínuas e a frequência para as variáveis categóricas. A tabela 1 apresenta a frequência e o percentual da amostra, na variável de avaliação qualitativa de acessibilidade das infraestruturas esportivas do setor de Educação Física, da Universidade Federal da Paraíba, Campus I – João Pessoa.

Tabela 1 – Frequência da variável qualitativa de acessibilidade.

Variáveis	Avaliação das condições de acessibilidade			
	Complexo Aquático		Ginásio Didático	
	N	%	N	%
Muito ruins	0	-	1	16,7
Barreiras graves e difíceis	0	-	2	33,3
Dificuldade, precisa de ajuda de outros	7	63,64	0	-
Barreiras fáceis de serem removidas	2	18,18	2	33,3
Plenamente acessível	2	18,18	1	16,7
Total	11	100,0%	6	100,0%

Observa-se que o complexo aquático foi avaliado mais positivamente, se comparado à avaliação realizada do ginásio didático, o qual na perspectiva dos entrevistados mostrou-se mais inadequada, muito ruins e com barreiras graves e difíceis de serem ultrapassadas. Tal fato está correlacionado a característica da amostra, em sua

maior parte usuários de cadeira de rodas e da inexistência de banheiros adaptados e bebedouros acessíveis no local.

CONCLUSÃO

Este estudo demonstrou que a acessibilidade do setor de Educação Física, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), apresenta barreiras arquitetônicas que as pessoas com deficiência física só conseguem ultrapassá-las se tiverem ajuda de terceiros. Este trabalho aqui apresentado é apenas uma pequena amostra da necessidade de mudanças para promover a acessibilidade, garantindo o direito de todos ao acesso nesta instituição pública.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS E TÉCNICAS. NBR 9050: **Acessibilidade a edificações, mobiliário espaços e equipamentos urbanos**. 2. Ed. Rio de Janeiro 2004. 97p. Disponível em:

<http://www.centroruibianchi.sp.gov.br/usr/share/documents/ABNTNBR9050_2004Vc_2005.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2013.

AUDI, E.M.M. **Protocolo para avaliação da acessibilidade ao meio físico em escolas de ensino fundamental**. Marília, 2004. 143p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de filosofia e ciências, Campus de Marília. Universidade Estadual Paulista.

BRASIL, **Decreto nº 3.298**, de 20 de Dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 05 ago. de 2013.

BRASIL. **Decreto nº 5.296**, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048 e 10.098 com ênfase na Promoção de Acessibilidade. Brasília/DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 10 ago. 2013.

BRASIL. **Os direitos das pessoas portadoras de deficiência – Lei no 7853/89**. Decreto n. 914/93. Brasília, DF: Corde, 1994.

BRASIL. PROJETO DE LEI (4767/98). **Normas gerais e Critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida**. Brasília, DF, 1998.

IBGE. **Censo demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_religiao_deficiencia/default_caracteristicas_religiao_deficiencia.shtm>. Acesso em: 20 de set. 2012.

HULLEY, S.; et al. **Delineando a pesquisa clínica: uma abordagem epidemiológica**. 3º edição, Porto Alegre: Artemed, 2007.

LAMÔNICA, D. A. C et al. Acessibilidade em ambiente universitário: identificação de barreiras arquitetônicas no campus da USP de Bauru. **Rev. Bras. Educ. Espec.** v.14, n.2, p. 177-188, 2008.

OLIVEIRA, E. T. G. **Acessibilidade na Universidade Estadual de Londrina: O Ponto de Vista do Estudante com Deficiência.** Marília. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista, 2003.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas.** 1. ed. São Paulo: Atlas, 1985. Disponível em: <<http://arquivo.rosana.unesp.br/docentes/patriciaramiro/Metodos%20e%20tecnicas%20de%20pesquisa/Pesquisa%20Social%20M%C3%A9todos%20e%20T%C3%A9cnicas%20%20Roberto%20Jarry%20Richardson.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2013.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. **Revista Atual**, 3 ed. Florianópolis, 2001. Disponível em: <http://www.tecnologiaprojetos.com.br/banco_objetos/%7B7AF9C03EC286470C9C07EA067CECB16D%7D_Metodologia%20da%20Pesquisa%20e%20da%20Disserta%C3%A7%C3%A3o%20UFSC%202005.pdf>. Acesso em: 06 ago 2013.

SILVA, M. J. S. A acessibilidade arquitetônica nos espaços esportivos da Universidade Federal da Paraíba – Campus João Pessoa. 2012. 72 p. Monografia – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.